



CADERNO DE ENCARGOS

2023

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA

PROCEDIMENTO N.º 18/2023

Alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 46º A do Código dos Contratos Públicos

**“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O CELEIRO DA CULTURA (SALA DE EXPOSIÇÕES E SALA DE CONFERÊNCIAS)”**

CPV: 39100000-3 Mobiliário

## Capítulo I

### Disposições gerais

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por consulta prévia, e tem por objeto principal a "Aquisição de equipamento para o Celeiro da Cultura (sala de exposições e sala de conferências)", conforme Anexo I.

#### Cláusula 2.ª

##### Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código do Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 3.ª

##### Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à entrega e montagem dos equipamentos e pelo prazo **mínimo de 120 dias**, após a sua assinatura em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## Capítulo II

### Obrigações contratuais

#### Secção I

#### Obrigações do fornecedor

##### Subsecção I

#### Disposições gerais

#### Cláusula 4.ª

#### Obrigações principais do fornecedor

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
- a) Obrigação de entrega e montagem dos equipamentos identificados na sua proposta e no **anexo I**, em sistema “**chave na mão**”, sendo o transporte do mesmo da responsabilidade do fornecedor;
  - b) Obrigação de garantia dos bens;
  - c) Obrigação de cumprir os termos e condições fixados para a prestação de serviços, nomeadamente:
    - i) Obrigação de assumir com todos os encargos, incluindo equipamentos, revelados necessários para a prestação de serviços;
    - ii) Obrigação de facultar à entidade adjudicante toda a documentação relativa e/ou relacionada com a prestação de serviços;
    - iii) Obrigação de prestar à entidade adjudicante, em qualquer tempo na pendência da prestação de serviços, todas as informações e esclarecimentos relativos à sua prestação, em especial em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
    - iv) Obrigação de prestar o apoio técnico necessário ao longo da realização da prestação de serviços,
- 2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 5.ª

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

- 1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características e especificações previstos no anexo ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento,
- 3 - O fornecedor é responsável perante o Município de Borba por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que exista no momento da entrega.

#### Cláusula 6.ª

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

- 1 - O fornecedor é responsável pelo transporte dos bens, devendo os mesmos ser entregues no **Celeiro da Cultura**, sito na Rua Fernão Penteado em Borba.
- 2 - Com a entrega e montagem dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município de Borba, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor;

#### Cláusula 7.ª

##### **Inspeção**

Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o Município de Borba, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, através de um **auto de entrega**, com

vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades, se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 8.<sup>a</sup>

**Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

- 1 - No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I, ao presente Caderno de Encargos, o Município de Borba deve informar, por escrito, o fornecedor.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Borba, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos no presente caderno de encargos.

Subsecção II

**Dever de sigilo**

Cláusula 9.<sup>a</sup>

**Objeto do dever de sigilo**

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Borba que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.<sup>a</sup>

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **2 anos** a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

**Obrigações do Município de Borba**

Cláusula 11.<sup>a</sup>

**Preço contratual**

- 1 - O preço base do presente procedimento é **73.350,00€ (setenta e três mil trezentos e cinquenta**

- euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo o montante máximo que o Município se dispõe a pagar pela execução de todas prestações que constituem o objeto do contrato.
- 2 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Borba deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido e incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Borba, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
  - 3 - O preço a que se refere o n.º 1, será pago nos termos da cláusula seguinte.

#### Cláusula 12.ª

##### Condições de pagamento

- 1 - A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Borba, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de **60 dias** após a receção pelo Município de Borba da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(ais) só pode(m) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Borba, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder às respetivas retificações.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

#### Capítulo III

##### Penalidades contratuais e resolução

#### Cláusula 13.ª

##### Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Borba pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nomeadamente, pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 1% do custo total, por cada dia de incumprimento.
- 2 - As sanções a que se refere o número anterior terão como limite 20% do preço contratual, sendo tal limite elevado para 30%, caso o Município decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público.
- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Borba pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- 4 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente ao fornecimento bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

- 5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Borba tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 6 - O Município de Borba pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Borba exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.<sup>a</sup>

**Força maior**

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do Município**

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Borba pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
  - b) Falsas declarações.
  - c) Quando o fornecedor não cumprir integralmente as condições e obrigações deste Caderno de Encargos.
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Borba.

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do fornecedor**

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 3 meses ou o montante em dívida exceda 20 % do preço contratual, excluindo juros.
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Borba, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

**Caução e Seguros**

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Caução**

Não é exigida caução nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.<sup>a</sup>

**Seguros**

- 1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos atinentes ao fornecimento de bens.
- 2 - O Município de Borba pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo **5 dias**.

Capítulo V

**Resolução de litígios**

Cláusula 19.<sup>a</sup>

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

**Disposições finais**

Cláusula 20.<sup>a</sup>

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Comunicações e notificações**

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.<sup>a</sup>

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.<sup>a</sup>

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## ANEXO I

(Equipamentos a fornecer)

**Lote 1 – Identidade gráfica, sinalética em conformidade e equipamento para sala de exposições;**

Quantidade	Descritivo	Valor Unit.	Valor
	<b>I -Proposta de Identidade gráfica e sinalética em conformidade</b>		
	Identidade gráfica e cadernos de normas para a sua aplicação;		
	Placa identificativa exterior, com possibilidade de retroiluminação;		
	Placas informativas interiores, na dimensão de referência de 25x25cm, aplicadas por meio de sistema não invasivo (sem furação de estruturas ou paredes);		
	Sinalização de segurança obrigatória, de acordo com o quadro legal em vigor, designadamente o RTSCIE e notas técnicas complementares.		
	<b>total</b>		
	<b>II -Equipamento para sala de exposição</b>		
12	Cavaletes de metal lacado para exposição de fotografias, gravuras, pinturas ou outros; dimensão de referência: 184x84cm, com ligeiro ângulo de inclinação para facilitar visualização das peças expostas.		
12	Displays em acrílico, para exposição de fotografias, gravuras, pinturas, tapeçaria ou outros; dimensão de referência: 170x60cm.		
4	Stand ups com encaixe em cruz, cor branca, com calhas e arame suspenso para exposição de posters, fotografias, gravuras ou outros de maior dimensão; dimensão de referência de cada lado de encaixe: 200x100cm.		
12	Estrados para exposição de peças de maior porte, em mdf lacado a branco; estruturas com dimensões de referência de: 100x100x10cm, 100x100x20cm e 70x80x90cm, devendo ser fornecidas 4 estruturas de cada dimensão de referência.		
12	Mesas expositoras com pés em metal e urna em vidro, com sistema encaixe ou fechadura; dimensões de referência: 95cm (altura), 115cm (comprimento) e 60cm (profundidade).		
1	Ecrã portátil de ledwall/videowall, com diagonal de 3 metros.		
8	Balcões expositivos inclinados, com estrutura em metal e caixa em madeira; comprimento indicativo de 150cm		

Valor do lote **54.661,00€ (cinquenta e quatro mil seiscientos e sessenta e um euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor

**LOTE 2 – Equipamento para sala de conferências**

Quantidade	Descritivo	Valor Unit.	Valor
<b>III - Equipamento para sala de conferencias</b>			
160	Cadeiras de auditório não plásticas, revestidas a tecido ou com almofada de cor a indicar.		
1	Mesa de conferência/palco, em melamina à cor da madeira natural, com 360 cm de comprimento; calha técnica central.		
6	Cadeiras de conferência/palco, com suporte em patim e revestidas a tecido com cor a indicar.		
14	Mesas dobráveis, em melamina de cor branca, com dimensão de referência de 160 cm de comprimento cada.		
22	Cadeiras de visita não plásticas, com suporte em trenó e revestidas a tecido ou semi-pele com cor a indicar.		
5	Microfones (4 de mesa e 1 wireless).		
2	Colunas de sala, com pé de suporte.		
1	Mesa de mistura digital, com controlo via iPad/Tablet/PC		
		<b>total</b>	

Valor do lote **18.689,00€ (dezoito mil seiscientos e oitenta e nove euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor

Deverão ser considerados no procedimento, os seguintes requisitos gerais:

1. A entidade contratada deverá articular com o responsável pelo projeto o cronograma detalhado de apresentação, produção e montagem dos diversos serviços e produtos constantes do presente caderno de encargos;
2. A entidade contratada deve procurar assegurar todos os objetivos e componentes do projeto, salvaguardando eventuais necessidades de ajuste e reestruturação de timings;
3. A entidade contratada deve assegurar o cumprimento das regras de adjudicação às quais este projeto está vinculado;
4. O prazo máximo de fornecimento e montagem do equipamento descrito é de 120 dias, após assinatura do contrato escrito;